

Hume: a ciência do homem¹

JOÃO PAULO GOMES MONTEIRO (1938–2016)

Duzentos anos passados desde que morreu David Hume, torna-se difícil avaliar em poucas páginas a amplitude de sua importância para a filosofia, para a história, para a teoria econômica e política, para a crítica da religião. Na filosofia do século XVIII, só a figura de Kant lhe pode ser comparada. E todo estudante sabe, pelo menos, que o grande filósofo alemão só soube desvencilhar-se da submissão à metafísica tradicional a partir do momento em que a leitura das obras de Hume o despertou desse “sono dogmático”. Hume tem assim a honrosa responsabilidade de duas grandes filosofias: a sua própria, e essa outra que ajudou a despertar. Para não mencionar a sua persistente influência, sob formas diversas, na filosofia francesa de seu século e parte do seguinte, e na filosofia de língua inglesa até nossos dias.

O ritmo de composição de sua obra foi singular, e de certo modo oposto ao de Kant, que só em idade avançada produziu sua filosofia definitiva. Da sua, Hume tinha pronto o essencial aos vinte e cinco anos. Em alguns anos de estudos em França compôs seu *Tratado da natureza humana*, que só viria a publicar

¹Publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, 17 out. 1976. Suplemento Cultural, p. 6, ano 1, n. 1.

três anos mais tarde, em 1739. A obra foi acolhida pela mais total incompreensão, mesmo por parte dos filósofos. A decepção sofrida levou Hume a dedicar-se ao gênero mais ligeiro do ensaio – sobre política, sobre estética, sobre moral – e a só nove anos depois iniciar a reformulação, em forma mais acessível, de suas teorias filosóficas. Surgiram assim a *Investigação sobre o entendimento humano*, a *Investigação sobre os princípios da moral* e a *Dissertação sobre as paixões*, que apresentam as principais doutrinas filosóficas contidas nos três grandes livros em que se dividia o *Tratado*.

Na filosofia de Hume, o objetivo principal é o estudo da natureza humana. Desde a Introdução do *Tratado* é anunciado o projeto de constituição de uma “ciência do homem”. Mas foi sua teoria do conhecimento, onde traçava os limites do entendimento humano (o que viria a ser um dos mais centrais temas kantianos) que acabou por granjear-lhe maior celebridade. É uma teoria comumente qualificada como empirista. Mas sua maior relevância talvez resida em seu caráter de crítica radical do empirismo, assim como do racionalismo de inspiração cartesiana.

Descartes e os seus seguidores procuravam impor à opinião filosófica europeia a imagem de uma razão humana autônoma e soberana, capaz de construir a ciência a partir de seu próprio poder, garantido pela perfeição e benevolência de um Deus que não podia ter deixado de oferecer aos homens uma capacidade de conhecer também perfeita. Este sonho cartesiano é desfeito pela crítica de Hume, cuja análise dos processos de conhecimento da realidade natural, e dos problemas da causalidade e da indução, vem mostrar que essa autonomia da razão só pode ser aceita no domínio das ciências matemáticas. Mas ao mesmo tempo é destruída a pretensão baconiana, de encontrar na experiência

e no conhecimento indutivo as bases de uma ciência e de uma filosofia solidamente definitivas.

Dos empiristas, Hume conserva especialmente uma atitude metodológica, a recusa de aceitar a validade de qualquer teoria que não se submeta à prova da experiência. Atitude que é hoje praticamente a da totalidade dos homens de ciência, e de grande número de filósofos. Mas evitou transformar a experiência num fetiche: sua linguagem é a de quem sabe que recorrer aos fatos não garante o saber, que o conhecimento humano é uma empresa em permanente transformação. Diz um de seus intérpretes, John Passmore, que ninguém pode ser humeano da mesma maneira como se pode ser hegeliano, precisamente porque ser humeano significa fundamentalmente recusar que qualquer sistema possa ser definitivo. Definitivo, só próprio espírito da descoberta e da investigação.

Sem dúvida ninguém poderia sensatamente assumir hoje a filosofia de Hume, como alternativa para as doutrinas nossas contemporâneas. Embora de maneira própria, na qual há uma parte de mistério, também a filosofia, e não só a ciência, evolui e não permite voltar integralmente atrás. Mas algumas das teses humeanas não encontraram ainda refutação. É o caso de sua análise do raciocínio indutivo, e de sua conclusão quanto à impossibilidade de uma justificação lógica desse raciocínio, que grandes filósofos atuais, como Quine, Ayer e Popper, ainda consideram incontestável. Diz Quine, acerca dessa impossibilidade filosófica, que ainda hoje “o impasse humeano é o impasse humano”. As várias tentativas de solução do problema, como a de Popper, limitam-se a contornar a análise humeana, sem conseguirem dissolvê-la.

Uma das tendências dominantes da filosofia de Hume é seu

naturalismo. Não apenas no sentido dado ao termo por Quine, de recusa de toda filosofia primeira, capaz de oferecer ao saber humano um ponto de vista privilegiado do qual se possa contemplar tranquilamente a verdade, e de concepção dos diversos ramos desse saber como solidários, e convergentes num esforço comum. Mas além deste também um outro sentido, o de uma filosofia que encara o homem como parte integrante da natureza, e encontra nas forças e processos naturais a raiz da natureza humana, da capacidade de conhecer e da direção dos desejos do homem. Numa recusa de todo dualismo, o da alma e do corpo, ou o da ação e da natureza. Sem por outro lado propor qualquer espécie de monismo, pois via claramente a impossibilidade, que é também hoje a nossa, de integrar numa visão totalizante o conjunto dos objetos do conhecimento. Seus *Diálogos sobre a Religião Natural*, além de devastadora crítica da teologia natural de seu tempo, e de interessante reflexão sobre os métodos da ciência, são o principal testemunho dessa atitude naturalista.

Sua teoria da moral assenta num postulado crucial: que o fenômeno da moralidade não pode ser entendido independentemente da sociedade onde tem vigência. Reciprocamente, sua teoria da sociedade repele os mitos da política “pura”, procurando dar conta do surgimento e preservação das instituições a partir dos comportamentos humanos definidos como atitudes morais. Seus ensaios econômicos, sobre temas como o comércio e os impostos, situam-se na primeira fase da economia política clássica, e têm numerosos pontos de contacto com a obra de seu amigo Adam Smith. Uma diferença entre ambos, contudo, é marcante: a maior importância conferida por Hume, no terreno da economia, ao peso dos fatores de caráter histórico. Na teoria do Estado, manifesta plenamente seu profundo sentido

da história. A própria origem do poder político é aí explicada como uma consequência da acumulação das riquezas, no seio das sociedades primitivas, e não segundo o modelo das teorias do Contrato Social, onde o poder aparece como produzido por uma decisão espontânea e inexplicável da humanidade. Alguns dos ensaios políticos de Hume são uma reflexão crítica sobre os eventos mais marcantes da história recente de seu país, como a guerra civil e a ditadura de Cromwell, ou a revolução liberal dos finais do século XVII. E suas observações sobre as colônias da América do Norte revelam nele um partidário da independência americana, bem antes da revolução que viria a anteceder de pouco a sua morte.

Esse sentido da história fez dele um historiador que, em sua época, chegou a ofuscar o filósofo na opinião dos contemporâneos, sobretudo nos meios franceses. Sua *História da Inglaterra*, publicada em vários volumes a partir de 1754, acabou abrangendo todo o período entre a invasão de Júlio César e a revolução de 1688. Entre os liberais e os conservadores, partidos dominantes de seu tempo, Hume sempre procurou escrever história sem cair na parcialidade de uns ou outros. É difícil julgar até que ponto ia esta atitude de imparcialidade. Mas, se acaso não a manteve inteiramente, tal não o impediu de exercer um agudo espírito crítico, por exemplo sabendo apontar, com a mais fina ironia, a pretensão dos “comuns”, ou seja, do que hoje chamaríamos as novas classes médias, ao papel de representantes dos interesses do povo inteiro; quando na realidade protegiam seus próprios interesses.

Esta ironia é um dos traços mais marcantes de seu estilo, mesmo em meio aos mais filosóficos argumentos. Frequentemente o alvo dessa ironia é bem claro, seja ele a Escolástica ou

a teologia tradicional, a filosofia de Berkeley ou a superstição popular. Mas muitas vezes esta ironia é uma máscara e um escudo protetor. Face às opiniões então prevalentes, a atitude de Hume é de ambivalência, chegando a ser extremamente difícil de definir. Quanto às instituições, como a estrutura da propriedade e a organização do poder, essa atitude parece ser de predominante aceitação. Já o contrário se verifica quanto a outras ideias, não só em filosofia como também em matéria de religião. E foi em relação com esta última que o estilo irônico mais vezes lhe serviu como um véu de obscuridade, destinado a ocultar do vulgo, ao qual pertencia notadamente o censor, suas opiniões mais heterodoxas, revelando-as apenas a um reduzido círculo de leitores mais esclarecidos. Um estratagema muito usado por outros autores dessa época, sobretudo os materialistas franceses. E em outras épocas também.

Pode ser que a opinião de Hume não fosse radicalmente favorável ao ateísmo. É célebre a história de sua declaração em Paris, num jantar de amigos, de que duvidava existir no mundo um verdadeiro ateu. Ao que seu amigo Diderot lhe retorquiu que estava na presença de nada menos de dezessete, reunidos em torno daquela mesa... Mas a opinião dominante, e especialmente a censura religiosa, não distinguia com muito rigor entre um ateu e um intelectual que, como Hume, professava o mais firme ceticismo em relação a todas as crenças institucionalizadas, não apenas as formas populares e as teologias ortodoxas, mas também a religião natural, pretensamente baseada na razão e não na fé, que então se encontrava em moda em vários círculos filosóficos. O suficiente, portanto, para causar-lhe problemas de toda a ordem, apesar de todos os seus cuidados, e naturalmente para levá-lo a tornar ainda mais espessa a barreira de

ironias e estratagemas com a qual frequentemente ocultava seu pensamento.

David Hume morreu aos sessenta e cinco anos, em 25 de agosto de 1776. Conta-nos seu melhor biógrafo, Ernest Mossner, que ao passar seu funeral alguém na rua comentou: “Ora, era um ateu.” Ao que outro respondeu: “Não importa, era um homem honesto.” E de fato não têm conta os testemunhos sobre sua impecável figura humana. Mas agora, dois séculos depois, é natural que nos toque mais de perto a fidelidade de Hume a seu próprio pensamento, sua fundamental honestidade perante os problemas da ciência e da filosofia.

